Ministério Público requer interdição da Rodoviária do Coxipó por falhas estruturais graves

MPMT move ação civil para suspender atividades da rodoviária após identificar problemas de segurança e acessibilidade

O Ministério Público de Mato Grosso ajuizou ação civil pública solicitando a paralisação das operações da Rodoviária do Coxipó, localizada em Cuiabá. A medida decorre da identificação de diversos problemas estruturais que comprometem a segurança dos passageiros e a acessibilidade das instalações.

A 6ª Promotoria de Justiça Cível da Capital conduziu extensas investigações que incluíram audiências com órgãos públicos, coleta de informações, inspeções técnicas e emissão de recomendações para correção dos problemas. Contudo, as irregularidades detectadas permaneceram sem resolução adequada.

Perícias técnicas realizadas pela equipe do Ministério Público evidenciaram uma série de deficiências nas estruturas do imóvel. Entre as principais questões constatadas encontram-se: vazamentos por infiltração, comprometimento de sistemas elétricos e hidráulicos, inadequação dos equipamentos de proteção contra incêndios, falta de condições de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade limitada, além de deterioração em piso e superfícies externas.

Apesar de algumas intervenções terem sido implementadas durante o processo de investigação, como a colocação de novos assentos, instalação de bebedouros e melhorias em equipamentos de incêndio, os técnicos consideraram insuficientes as medidas adotadas para resolver completamente as questões identificadas.

Conforme a promotora Valnice Silva dos Santos, a situação requer intervenção definitiva dos órgãos competentes.